

SINTIUS



1942 - 2017

SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

05/02/2018

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Congresso volta sem votos para alterar a aposentadoria

O Congresso Nacional volta às atividades nesta segunda (5) na mesma situação em que se encontrava no fim de 2017 sem os votos necessários para aprovar a reforma da Previdência na Câmara. Com essa possibilidade cada vez mais remota, tanto o Planalto quanto o Legislativo começam a preparar discursos para minimizar o desgaste que cada um sofrerá caso a reforma não seja votada. Para aprovar a PEC (proposta de emenda à Constituição), são necessários 308 votos em dois turnos. A contagem mais otimista hoje é de 270 votos, mas ao menos três articuladores ouvidos pela Folha dizem que o governo não tem nem esse placar. Em um último esforço, líderes reunirão suas bancadas na terça (6). No dia seguinte, encontram o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para somar os votos. "Ainda não tem [votos necessários], mas acham que é possível.

Tem que conversar com cada deputado", diz o líder do PR, José Rocha (BA). No DEM, partido de Maia, o clima é mais pessimista. O líder da legenda na Câmara, Efraim Filho (PB), diz acreditar que não houve mudança de votos a favor da reforma. No governo e no Congresso, já é consenso que será muito difícil conseguir os votos necessários em ano eleitoral. "Se colocar para votar, o governo será derrotado. Não acredito que se chegue aos 308 votos em nenhuma hipótese", diz o deputado Rogério Rosso (PSD-DF). Com a previsão de derrota, o governo discute o que seria menos traumático: votar a proposta para perder ou adiá-la para novembro, evitando que, na prática, o mandato do presidente acabe antes da hora. A expectativa do mercado é um dos alicerces da administração de Temer, avalia o Palácio do Planalto. Na semana passada, Maia disse à Folha que só levará a reforma à votação após o Carnaval se tiver convicção de vitória e que, se ela não for apreciada em fevereiro, não será mais votada neste ano. A fala contrariou Temer, que receia ser alijado do processo eleitoral se o tema sair da pauta. Apesar de julgarem a não votação uma derrota menor, negociadores dos dois lados admitem ser inevitável o desgaste de Maia e Temer.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 04/02/2018

Maia quer engavetar texto da reforma da Previdência

Sem previsão de que o governo conseguirá os votos necessários para aprovar a reforma da Previdência, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), pretende engavetar o projeto e transferir o ônus da derrota para o Palácio do Planalto. Maia não deve agendar nova data para a apreciação da proposta caso não haja apoio de 308 dos 513 deputados para aprová-la em 20 de fevereiro, para quando está prevista a votação em plenário. Seu plano é dizer que o texto ficará como "legado" para ser votado em 2019 pelo novo presidente da República que será eleito neste ano. O deputado se irritou com as declarações do presidente Michel Temer sobre "ter feito sua parte" para que a reforma avançasse no Congresso, e estuda fazer um discurso duro, com críticas à articulação do Planalto, caso não haja votos suficientes para aprová-la na data prevista. A conta de Maia é a seguinte: quanto mais Temer e sua equipe tentarem transferir aos deputados a culpa por não terem dado aval ao projeto, mais agressiva deve ser sua fala quando a reforma naufragar por completo.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 05/02/2018

Meirelles reconhece que há espaço para negociar reforma

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, reconheceu que há espaço para negociação nos termos da reforma da Previdência para que seja aprovada no Congresso. Segundo ele, é possível estudar mudanças que não afetem a equidade e o equilíbrio fiscal. O ideal, porém, seria aprovar o substitutivo do jeito que está. "Eu tenho a avaliação que, de fato, o trabalho que está sendo feito de esclarecimentos nos últimos tempos, nas últimas semanas, está começando a surtir resultado. E há indicações de que tem um número maior de parlamentares favoráveis à reforma. A gente continua trabalhando e vamos aguardar até o dia da votação", declarou Meirelles, após palestra na Associação Comercial do Rio de Janeiro. Segundo o ministro, a reforma da Previdência está planejada para ser votada no dia 19 de fevereiro. Ele defendeu a importância da aprovação no Congresso para o cumprimento do Teto dos Gastos. "O teto de gastos é fundamental", lembrou.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 03/02/2018

Previdência privada não sofrerá se reforma fracassar, dizem executivos

A discussão sobre mudanças nas regras de aposentadoria favoreceu as empresas de previdência complementar aberta, mas um fracasso na aprovação da reforma não prejudicará o setor, segundo executivos do mercado. "É difícil quantificar o impacto no segmento, mas não acredito que aprovar a reforma agora ou no próximo governo fará grande diferença no curto prazo", diz Edson Franco, presidente da Fenaprevi, federação do setor. Nos últimos anos, planos privados têm crescido mais de 10%, mesmo quando não havia, no horizonte, a possibilidade de alteração das regras da Previdência, afirma.

Quando o tema passar de discussão para uma mudança de fato, seja no mandato atual ou em um futuro, as pessoas buscarão mais produtos no modelo privado, diz Carlos Tejada, diretor de distribuição da Zurich. "No médio prazo, com novas regras implementadas, as pessoas precisarão mais de previdência complementar e isso será fonte de captação." Impulsionado por novas adesões a planos e pelos rendimentos de investimentos, o setor viu a soma de seus ativos crescer 17,6% em 2017. "A indústria de previdência se beneficiou nos últimos anos do fim de restrições de aportes. Agora, com queda de juros, deve haver diversificação", afirma Paulo Valle, presidente da Brasilprev. O mercado se consolidou depois da estabilização da inflação, e, comparado a outros países, há muito espaço para crescer, dizem os executivos.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 04/02/2018

Salário-família e auxílio-reclusão são alterados

Com o aumento do teto previdenciário para R\$ 5.645,80, também foram reajustados os valores do salário-família e do auxílio-reclusão. A cota do salário-família passou para R\$ 45 para o trabalhador que ganha até R\$ 877,67. Para quem recebe acima desse valor e até R\$ 1.319,18, a cota do benefício aumentou para R\$ 31,71. O segurado recebe uma cota do salário-família por filho com idade até 14 anos, ou de qualquer idade, desde que seja considerado inválido. Têm direito ao benefício o empregado, o trabalhador avulso e o empregado doméstico. Os aposentados com mais de 65 anos, se homem, e 60, se mulher, também têm direito ao salário-família. No caso do auxílio-reclusão, com o reajuste do teto, passam a ter direito a esse benefício os dependentes do contribuinte da Previdência Social que for preso e que tenha um salário máximo de R\$ 1.319,18. É importante destacar que quem recebe o auxílio-reclusão são os dependentes do segurado preso. O detento não recebe nenhum valor da Previdência Social.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 05/02/2018